



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Giane Rubia

**Securitização do Terrorismo nos Estados Unidos no século XXI: uma análise do processo
de securitização após o 11 de setembro de 2001**

Florianópolis

2025

Giane Rubia

Securitização do Terrorismo nos Estados Unidos no século XXI: uma análise do processo de securitização após o 11 de setembro de 2001

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.(a) Juliana Lyra Viggiano Barroso, Dr.(a)

Florianópolis

2025

Rubia, Giane

Securitização do Terrorismo nos Estados Unidos no século XXI : uma análise do processo de securitização após o 11 de setembro de 2001 / Giane Rubia ; orientadora, Juliana Lyra Viggiano Barroso, 2025.

49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Securitização. 3. Terrorismo. 4. 11 de setembro. 5. Estados Unidos. I. Barroso, Juliana Lyra Viggiano. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Giane Rubia

Securitização do Terrorismo nos Estados Unidos no século XXI: uma análise do processo de securitização após o 11 de setembro de 2001

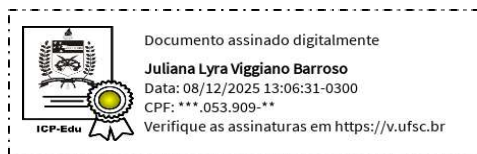
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso Relações Internacionais.

Local Florianópolis, 2 de dezembro de 2025.

Insira neste espaço
a assinatura

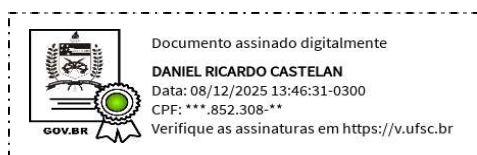
Coordenação do Curso

Banca examinadora



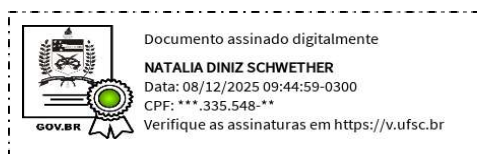
Prof.(a) Juliana Lyra Viggiano Barroso, Dr.(a)

Orientador(a)



Prof.(a) Daniel Ricardo Castelan, Dr.(a)

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.(a) Natália Diniz Schwether, Dr.(a)

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2025.

Aos meus familiares e amigos, por todo o
carinho e apoio nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o encerramento de uma etapa profundamente significativa da minha trajetória acadêmica e pessoal. Ao olhar para tudo o que vivi ao longo desses anos, reconheço que nada disso teria sido possível sem o apoio, a confiança e o cuidado de pessoas que caminharam ao meu lado, me fortalecendo nos momentos mais desafiadores e celebrando comigo cada pequena conquista.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, cuja dedicação constante e amor incondicional foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava, por me apoiarem em todas as minhas escolhas e por me ensinarem a importância da responsabilidade, da honestidade e da perseverança. Vocês são minha base, e sou profundamente grata por tudo o que representam na minha vida. Ao meu irmão, agradeço por sua ajuda, apoio e conselhos, que tornaram essa caminhada muito mais leve. Sou muito grata por ter vocês ao meu lado.

Estendo meus agradecimentos aos meus amigos, que estiveram presentes nos momentos de cansaço, incerteza e ansiedade, oferecendo acolhimento, risadas e força quando eu mais precisei. Cada mensagem de incentivo, cada desabafo compartilhado e cada gesto de carinho foram essenciais para que eu mantivesse o equilíbrio e a motivação ao longo deste percurso. Sou muito feliz por ter ao meu redor pessoas tão especiais, que me compreenderam e celebraram comigo cada avanço.

Também quero agradecer à minha psicóloga, que foi uma peça fundamental nessa trajetória. Sua escuta atenta, suas orientações e o espaço seguro que você me proporcionou foram essenciais para que eu conseguisse enfrentar a ansiedade, organizar minhas ideias e seguir com mais leveza. Muito obrigada por me ajudar a compreender meus limites, a confiar mais em mim e a construir equilíbrio durante esse processo.

Aos meus professores, profissionais que foram essenciais na minha formação, agradeço por cada aula, troca e orientação que me ajudaram a crescer ao longo da minha trajetória acadêmica. Em especial, à minha orientadora, agradeço a disponibilidade, atenção e paciência durante todo esse processo. Sou também muito grata por ter tido a oportunidade de estudar na Universidade Federal de Santa Catarina, algo que marcou de forma significativa minha caminhada.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível. Cada gesto, palavra e incentivo foram fundamentais para que eu chegasse a este momento. A todos vocês, meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de securitização do terrorismo pelos Estados Unidos no contexto pós-11 de setembro de 2001, com foco no governo de George W. Bush. Fundamentado na Teoria da Securitização da Escola de Copenhague, o estudo examina como discursos presidenciais, respaldados por condições contextuais favoráveis, construíram o terrorismo como uma ameaça existencial ao modo de vida americano, legitimando medidas extraordinárias e ações militares. Por meio de análise bibliográfica e documental, demonstra-se que a securitização foi viabilizada pela retórica de Bush, que enquadrou o conflito numa dicotomia “bem versus mal”, pela ampla cobertura midiática dos ataques e pelo sentimento público de medo e vulnerabilidade. Como resultados, observou-se a aprovação de instrumentos legais como o Ato Patriota e o AUMF, que expandiram os poderes do Executivo, e o desencadeamento das Guerras do Afeganistão e do Iraque.

Palavras-chave: Securitização; Terrorismo; Estados Unidos; 11 de setembro; George W. Bush.

ABSTRACT

This study analyzes the process of terrorism securitization by the United States in the post-September 11, 2001 context, focusing on the George W. Bush administration. Grounded in the Securitization Theory of the Copenhagen School, the research examines how presidential speeches, supported by favorable contextual conditions, constructed terrorism as an existential threat to the American way of life, legitimizing extraordinary measures and military interventions. Through bibliographical and documentary analysis, it demonstrates that securitization was enabled by Bush's rhetoric—framing the conflict within the “good versus evil” dichotomy—by the extensive media coverage of the attacks, and by public feelings of fear and vulnerability. As a result, it was observed the approval of legal instruments such as the Patriot Act and the AUMF, which expanded executive powers and triggered the wars in Afghanistan and Iraq.

Keywords: Securitization; Terrorism; United States; September 11; George W. Bush.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AUMF	Authorization for Use of Military Force
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DHS	Department of Homeland Security
DOD	Department of Defense
DOJ	Department of Justice
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Federal Bureau of Investigation
ISAF	International Security Assistance Force
NSS	National Security Strategy of the United States
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UNMOVIC	Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TEORIA DA SECURITIZAÇÃO	13
2.1 ESCOLA DE COPENHAGUE	13
2.1.1 Securitização para a Escola de Copenhague	13
2.1.2 Teoria do Ato de Fala de John L. Austin	15
2.2 CRÍTICAS à TEORIA DA SECURITIZAÇÃO	16
2.2.1 Definição do público e a ênfase exclusiva no discurso	16
2.2.2 Uso do contexto como forma de análise	19
2.2.3 O fracasso da securitização	20
2.3 NOVAS ABORDAGENS DA TEORIA DA SECURITIZAÇÃO	21
3 A GUERRA AO TERROR E A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NO PÓS 11 DE SETEMBRO	25
3.1 O CONCEITO DE TERRORISMO	25
3.2 ANÁLISE DO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO	29
3.2.1 O papel da mídia no processo de securitização do terrorismo	33
3.2.2 A Guerra do Afeganistão	33
3.2.3 Doutrina Bush e a Guerra do Iraque	35
4 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, realizados pelo grupo fundamentalista islâmico Al-Qaeda, representaram um momento inesquecível para a sociedade americana. Ao atingir os principais símbolos econômico e militar da maior potência mundial do período, o evento impactou as estruturas globais de segurança (Borges, 2022), tornando-se um marco para as relações internacionais.

Os estudos de segurança foram amplamente influenciados por esse evento, visto que, segundo Hoff (2017, p. 255), a “segurança está sempre relacionada à sobrevivência [...]” e os ataques terroristas representaram um grande perigo para a sobrevivência dos principais símbolos dos EUA. Por esse motivo, o terrorismo passou a ter grande relevância dentro da agenda internacional de segurança, além de ser considerado a grande ameaça da primeira década do século XXI, o que acarretou na necessidade dos países em realizarem mudanças em suas estruturas de defesa e no direcionamento de orçamentos gigantescos para ações militares realizadas pelos norte-americanos.

Este trabalho constitui uma revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem tanto sobre a Teoria da Securitização quanto o processo que possibilitou a securitização do terrorismo nos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro. Assim, ele permite compreender como esse processo de securitização influencia até hoje na forma como os Estados Unidos lidam com ações e grupos considerados terroristas. Além disso, isso nos ajuda a entender como os EUA ganharam legitimidade nacional e, em certa medida, internacional para realizar as invasões no Afeganistão, em 2001, e no Iraque, em 2003.

Metodologicamente, esta pesquisa possui caráter descritivo, com abordagem qualitativa. Foram selecionadas bibliografia e documentos oficiais segundo o critério de relevância direta para compreender o processo de securitização do terrorismo pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o trabalho utiliza os textos dos principais autores da Escola de Copenhague para fundamentar teoricamente o conceito de securitização. Somado a isso, foram analisadas as transcrições oficiais dos discursos de George W. Bush, especialmente os pronunciamentos de 11, 14 e 20 de setembro de 2001, além de outros discursos posteriores, bem como fontes governamentais norte-americanas relacionadas ao conceito de terrorismo. Ademais, artigos acadêmicos e estudos críticos complementam a análise, permitindo identificar como elementos discursivos, contextuais e institucionais contribuíram para a construção do terrorismo como ameaça existencial no pós-11 de setembro.

Nessa perspectiva, a securitização trata-se de uma versão extrema da politização, visto que exige medidas emergenciais e justifica ações fora dos limites normais do procedimento político (Buzan; Waever; Wilde, 1998). A Escola de Copenhague ressalta que algo se torna um problema de segurança quando líderes começam a falar sobre ele e convencem o seu público da periculosidade dessa ameaça. Ou seja, segundo Buzan, Waever e Wilde (1998), é a partir do discurso que o processo de securitização se inicia e somente pode-se dizer que um problema foi securitizado quando o público-alvo do discurso passa a reconhecê-lo como uma ameaça existencial. Entretanto, alguns críticos à teoria original da securitização afirmam que ela enfatiza excessivamente o discurso, além de não estabelecer uma definição precisa do público e desconsiderar a importância do contexto dentro do movimento. Ao incorporar esses pontos, as reformulações contemporâneas da teoria buscam uma compreensão mais completa do movimento de securitização, reconhecendo a importância de práticas institucionais, contexto histórico e atuação de outros atores no processo.

Dessa forma, o governo de George W. Bush começou os preparos para o processo de securitização do terrorismo no mesmo dia em que os atentados ocorreram, realizando um discurso que enfatizava a vulnerabilidade dos indivíduos perante essa nova ameaça e que ressaltava que os Estados Unidos encontrariam os culpados e estavam prontos para a guerra contra o terrorismo, a qual ficou conhecida como “Guerra ao Terror”. Assim, nos dias, meses e anos que se seguiram, foram realizados diversos discursos que retomavam a ideia do terrorismo como uma ameaça que deveria ser contida a qualquer custo e da necessidade dos culpados pagarem pelos seus atos. Dessa forma, o presente trabalho busca responder à seguinte pergunta: quais fatores contribuíram para a securitização do terrorismo no governo de George W. Bush nos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001?

O trabalho parte da hipótese de que, ao enfatizar a alta periculosidade dos grupos terroristas e a vulnerabilidade da população, além de destacar a ameaça ao principal símbolo nacional, o modo de vida americano, o governo de George W. Bush e o Congresso foram capazes de viabilizar o processo de securitização do terrorismo nos Estados Unidos. Isso porque, naquele momento, os estadunidenses encontravam-se amedrontados e ansiosos por vingança (Motta, 2014), facilitando que a iniciativa de contra-ataque da administração de Bush fosse legitimada. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como ocorreu o processo de securitização do terrorismo nos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001. Além disso, foram estabelecidos como objetivos específicos: (i) entender como ocorre o processo de securitização e (ii) analisar o movimento de securitização do terrorismo nos EUA.

Desse modo, o presente trabalho é dividido em duas seções. A primeira abordará três pontos, sendo eles o conceito de securitização e como esse processo se desenvolve, além de também apresentar as críticas e as reformulações da teoria. A segunda, e última seção, tratará sobre a falta de um conceito universal do terrorismo e a análise do movimento de securitização realizado pelo governo George W. Bush após os atentados, mostrando os elementos dos discursos que foram de suma importância para a securitização do terrorismo nos EUA, além de discorrer sobre o papel da mídia dentro desse processo e como esse movimento conseguiu legitimar a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque.

2 TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a Teoria da Securitização, formulada pela Escola de Copenhague, bem como suas principais críticas e reformulações contemporâneas. Tal teoria é fundamental para compreender o processo que legitimou os Estados Unidos a conduzir a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque após os ataques de 11 de setembro de 2001. Assim, a abordagem teórica apresentada neste capítulo servirá como base para a análise desenvolvida no segundo capítulo, permitindo compreender como determinados discursos e práticas transformaram o terrorismo em uma questão de segurança existencial. Além disso, contribui para o entendimento do papel do ator securitizador, do público, do contexto e de outros elementos no processo de securitização conduzido pelo governo norte-americano.

2.1 ESCOLA DE COPENHAGUE

A Escola de Copenhague surgiu em 1985, sendo liderada por Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde, e desafiou “[...] visões tradicionais com sua combinação única de realismo e construtivismo social” (Otukoya, 2024, p. 1748, tradução própria)¹, além de argumentar que a segurança não é algo fixo, visto que ela se transforma por meio da linguagem e das interações sociais. Nesse sentido, para Otukoya (2024, p. 1748, tradução própria)², “[...] a Escola de Copenhague enxerga a segurança como um ‘ato’ orquestrado por ‘movimentos de securitização’”, os quais envolvem atores que classificam uma questão como uma grave ameaça e, por isso, realizam discursos para convencer seu público sobre tal fato. Assim, será analisado a seguir o conceito de securitização e como é construído todo o processo até o momento em que um problema é securitizado.

2.1.1 Securitização para a Escola de Copenhague

O conceito de securitização foi criado por Buzan, Waever e Wilde por meio de diversos livros e artigos lançados desde os anos 1990, com o objetivo de contribuir para o debate de aprofundamento e ampliação dos estudos de segurança que começou em 1980 e se intensificou com o fim da Guerra Fria (Léonard; Kaunert, 2019). A Escola de Copenhague

¹ [...] traditional views with its unique blend of realism and social constructivism.

² [...] the Copenhagen School saw security as an “act” orchestrated through “securitizing moves”.

trouxe como novidade a abordagem setorial, a qual “[...] moveu a segurança para além do setor político-militar” (Butler; Wolf, 2020, p. 9, tradução própria)³, possibilitando a análise de segurança para outros setores, como o econômico, o social e o ambiental.

Nesse sentido, a Escola de Copenhague defende a ideia de que segurança é sobre sobrevivência e, com isso, “[...] nenhum problema é essencialmente uma ameaça” (Balzacq, 2011, p. 1, tradução própria)⁴. Para que algo se torne um problema de segurança, é necessário que líderes comecem a falar sobre ele e o apresentem ao público como uma ameaça existencial a um objeto referente, sendo necessárias medidas extraordinárias para lidar com esse problema. Desse modo, a Escola de Copenhague define duas unidades principais, sendo elas: os atores securitizadores, que são os responsáveis por realizarem os discursos de convencimento de que algo está tendo sua existência ameaçada, podendo ser líderes políticos, burocratas, grupos de pressão e entre outros; e o objeto referente, o qual está sendo ameaçado e tem legitimidade na reivindicação de sua sobrevivência. Esses objetos referentes variam de acordo com o setor, podendo ser a soberania estatal, o mercado econômico, a qualidade de vida dos indivíduos, o meio ambiente etc.

Para Buzan, Wæver e Wilde (1998, p. 23, tradução própria)⁵, a segurança conduz a política para “[...] além das regras estabelecidas do jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou acima da política”. Assim, o processo de securitização possui duas escalas de politização anteriores à securitização do assunto de fato. O primeiro é quando o problema ainda não é politizado, ou seja, não está incluso no debate público; e o segundo, quando ele passa a ser politizado, ou seja, está incluso dentro do sistema político padrão. Dessa forma, a securitização pode ser classificada como uma versão extrema da politização, visto que exige medidas emergenciais e justifica ações fora dos limites normais do procedimento político (Buzan; Wæver; Wilde, 1998). Contudo, os mesmos autores defendem que, a longo prazo, o ideal é a dessecuritização, ou seja, a retirada de questões do âmbito da excepcionalidade e sua reinserção na esfera política comum, evitando que a hiper-securitização desses problemas (Buzan; Wæver; Wilde, 1998; Baysal, 2020).

Ademais, o processo de securitização se inicia com o discurso. Contudo, segundo Buzan, Wæver e Wilde (1998), o discurso por si só não cria uma securitização, sendo apenas um movimento da mesma. Durante o discurso, “[...] uma questão é dramatizada e apresentada como uma questão de suprema prioridade [...]” (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 26, tradução

³ [...] moved security beyond the political-military sector.

⁴ [...] no issue is essentially a menace.

⁵ [...] beyond the established rules of game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics.

própria)⁶. Além disso, somente dizer a palavra “segurança” não significa a securitização de uma questão, visto que o ator securitizador deve criar um discurso que mostre aos seus ouvintes o grande perigo que esse problema representa para seu objeto referente. Somente após o convencimento do público-alvo sobre a existência dessa ameaça que se pode afirmar que um problema foi securitizado. Para que a securitização seja aceita pelo público, devem existir condições facilitadoras, que são as condições para que o processo de securitização funcione. Elas podem ser internas, relacionadas à necessidade do ato de fala seguir a gramática da segurança; ou externas, que se referem ao contexto histórico e legitimidade do ator securitizador (Buzan; Waever; Wilde, 1998).

Portanto, a aceitação do discurso realizado pelo ator securitizador legitima que as autoridades realizem medidas políticas excepcionais, visto que certa ameaça não pode ser enfrentada com procedimentos padrões.

2.1.2 Teoria do Ato de Fala de John L. Austin

A Teoria da Securitização utiliza-se da Teoria dos Atos de Fala, de John L. Austin, como ferramenta para compreender a construção discursiva da segurança. Essa teoria afirma que

[...] certas declarações, segundo Austin, fazem mais do que meramente descrever uma realidade dada e, como tal, não podem ser julgadas como falsas ou verdadeiras. Em vez disso, essas declarações realizam uma ação específica; elas fazem coisas — são "performativas", em oposição a "constativas", que simplesmente relatam estados de coisas e estão, portanto, sujeitas a testes de verdade e falsidade (Balzacq, 2005, p. 175, tradução própria)⁷.

Essas declarações podem ser classificadas em três tipos de atos: locucionário, o qual diz respeito à compreensão convencional de falar algo que contém um determinado sentido e referência; ilocucionário, que trata-se da própria articulação da locução, podendo ser uma declaração performativa; e perlocucionário, que refere-se aos efeitos e consequências de realizar o ato de fala (Balzacq, 2005; Stritzel, 2014).

Nesse sentido, de acordo com Stritzel (2014), a incorporação dessa lógica permite que a Escola de Copenhague afirme que a construção do discurso utilizando a expressão

⁶ [...] an issue is dramatized and presented as an issue of supreme priority [...]

⁷ [...] certain statements, according to Austin, do more than merely describe a given reality and, as such, cannot be judged as false or true. Instead these utterances realize a specific action; they ‘do’ things — they are ‘performatives’ as opposed to ‘constatives’ that simply report states of affairs and are thus subject to truth and falsity tests.

“segurança” seja capaz de não somente descrever, mas de criar uma realidade que exige medidas extraordinárias para lidar com uma questão. Assim, o processo de securitização pode ser entendido como um ato ilocucionário, visto que esse processo trata-se de um ato performativo ao declarar que algo é uma ameaça. E, também, como um ato perlocucionário, já que seu “[...] objetivo é provocar uma resposta significativa do outro (efeito perlocucionário); a menos que isso aconteça, não há securitização” (Balzacq, 2011, p. 5-6, tradução própria)⁸.

2.2 CRÍTICAS À TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

Apesar da Teoria da Securitização ter inovado ao trazer para a análise de segurança uma abordagem setorial, se diferenciando dos estudos de segurança anteriores, os quais tinham como foco o setor político-militar, ela não ficou isenta de críticas. Segundo Baysal (2020, p. 7, tradução própria)⁹, essa teoria apresenta “[...] várias limitações, algumas das quais já foram identificadas por diferentes estudiosos”, como por exemplo a falta de definição do público, o pouco enfoque no contexto, o foco excessivo no ato de fala e entre outros.

Nesse sentido, as críticas abordadas neste capítulo evidenciam importantes limitações teóricas que impactam diretamente a compreensão e a aplicação da Teoria da Securitização em análises. Tais críticas permitem uma leitura mais ampla e crítica do processo de securitização ao incorporarem dimensões discursivas, contextuais e práticas. Além disso, elas contribuíram para o desenvolvimento de reformulações teóricas que adotam uma visão mais dinâmica da securitização.

2.2.1 Definição do público e a ênfase exclusiva no discurso

O conceito de público é de extrema importância para a Teoria da Securitização, visto que, para que uma questão seja securitizada, é fundamental que o público concorde com tal. Entretanto, a Escola de Copenhague deixa esse conceito em segundo plano, apenas o caracterizando como aqueles que o ator securitizador tenta convencer de que são necessárias medidas extraordinárias para lidar com certo problema (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016). Segundo Léonard e Kaunert (2011), o papel desempenhado pela audiência no processo é vago

⁸ [...] the purpose is to prompt a significant response from the other (perlocutionary effect); unless this happens there is no securitization.

⁹ [...] several limitations, some of which have already been identified by different scholars.

e contraditório e até mesmo Waever (2003 *apud* Léonard; Kaunert, 2011) reconhece a demanda por uma definição melhor e pela diferenciação do termo dentro da teoria.

Em *Security: A New Framework for Analysis*, é ressaltado que o ator securitizador estabelece se algo pode ser considerado uma ameaça existencial, mas também é afirmado que uma securitização bem-sucedida não é decidida pelo ator securitizador, mas pelo seu público (Léonard; Kaunert, 2011). Tal fato gera uma imprecisão sobre o papel da audiência no processo de securitização. Além disso, ao contrário dos atores securitizadores que são exemplificados como burocratas, líderes políticos, grupos de pressão etc., o público não recebe uma ilustração prática de quem ele poderia ser, durante a obra de Buzan, Waever e Wilde. Segundo Balzacq (2005), essa falta de definição da audiência está relacionada ao excesso de importância que essa abordagem dá ao ato de fala.

Nesse sentido, Waever (2003 *apud* Léonard; Kaunert, 2011) afirma que a Escola de Copenhague usou como base para a formulação da Teoria da Securitização regimes democráticos ocidentais, sendo fundamental considerar que o processo pode ocorrer em diversos contextos políticos e culturais; e, com isso, seria necessário ter em mente a existência de várias categorias de público envolvidas. Assim, surge a ideia de que pode haver múltiplas audiências. Ou seja, o ato de fala “[...] pode ser direcionado a diferentes públicos com base no que o ator securitizador pretende alcançar com o movimento securitizador [...]” (Sjostedt, 2020, p. 37, tradução própria)¹⁰. Contudo, Balzacq, Léonard e Ruzicka (2016) ressaltam que, apesar da questão da multiplicidade de audiências, ainda é necessário que os estudiosos busquem pelo “público capacitador”, ou seja, aquele que dá autoridade para o ator securitizador agir.

Para Baysal (2020, p. 8, tradução própria)¹¹, “[...] a ênfase excessiva nos atos de fala e a subanálise da(s) audiência(s) na estrutura da Teoria da Securitização derivam da tendência dos estudiosos da Escola de Copenhague de ver a securitização como um fenômeno universal”. Portanto, toda a crítica sobre esse conceito revela não apenas a necessidade de ampliar a sua definição, mas também de reconhecer sua participação ativa na construção do processo de securitização.

Assim, outra crítica importante refere-se a essa ênfase excessiva que a análise da securitização dedica ao discurso, em consonância com a crítica já discutida. De fato, para a

¹⁰ [...] can be directed toward different audiences based on what the securitizing actor intends to achieve with the securitizing move [...]

¹¹ [...] the overemphasis on speech acts and under-analysis of the audience(s) in the framework of Securitization Theory derives from the tendency of the Copenhagen School scholars to see securitization as a universal phenomenon.

Escola de Copenhague, uma questão só se torna um problema de segurança por meio da linguagem. Assim, o ato de fala é considerado uma ação performativa, com o objetivo de moldar o contexto, construir imagens da ameaça nesse cenário e legitimar as políticas de segurança (Sjostedt, 2020).

No entanto, vários estudiosos argumentam que esse enfoque é problemático. McDonald (2008) destaca duas razões para tal. A primeira refere-se ao fato da linguagem ser só um dos meios pelos quais a mensagem pode ser comunicada, visto que imagens ou representações visuais contribuem para a construção da securitização. A segunda diz respeito à exclusão das “[...] práticas burocráticas ou ações físicas que não decorrem meramente de ‘atos de fala’ securitizadores, mas são parte do processo pelo qual os significados de segurança são comunicados e a própria segurança é construída” (McDonald, 2008, p. 569, tradução própria)¹². Segundo este autor (2008), ao incluir as representações visuais na análise, a Escola de Copenhague teria que repensar na centralidade que a elite política estatal tem em sua abordagem, visto que outros atores, como artistas e a mídia, também seriam considerados atores securitizadores.

Ademais, Butler e Wolf (2020) ressaltam que a ênfase no discurso pode reforçar políticas excludentes, opressivas e/ou violentas. Para eles, “[...] aplicar a teoria da securitização a questões sociais, como pobreza ou doenças, pode isentar os Estados da responsabilidade moral [...]” (Butler; Wolf, 2020, p. 16-17, tradução própria)¹³. Segundo Hansen (2000 *apud* Sjostedt, 2020), tal enfoque restringe a aplicação da securitização em diversos cenários devido ao “dilema de segurança silenciosa”, no qual estruturas opressivas tornam impossível o uso do ato de fala de segurança. Ou seja, em certos contextos, os atores securitizadores, mesmo possuindo papéis de liderança, não conseguem expressar suas preocupações relacionadas à segurança devido à opressão sistemática, discriminação, limitações à liberdade de expressão ou medo de represália (Wilkinson, 2007; Sjostedt; Kovacs; Themnér, 2017).

Diferente da Escola de Copenhague, a Escola de Paris, representada por autores como Didier Bigo e Jef Huysman, desloca o foco da securitização para as técnicas de governo. Essa abordagem, inspirada por Bourdieu e Foucault, argumenta que a segurança não é uma performance retórica e, também, pode ser estabelecida por meio de diferentes modalidades técnicas ou físicas, tendo como vantagem a superação de desafios relacionados à aceitação do

¹² [...] bureaucratic practices or physical action that do not merely follow from securitizing ‘speech acts’ but are part of the process through which meanings of security are communicated and security itself constructed.

¹³ [...] applying securitization theory to societal issues such as poverty or disease may absolve states from moral responsibility [...]

público na abordagem original (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016). Assim, para essa escola, “[...] a segurança é construída e aplicada a diferentes questões e áreas por meio de uma série de práticas frequentemente rotineiras, em vez de apenas por meio de atos de fala específicos que permitem medidas emergenciais” (McDonald, 2008, p. 570, tradução própria)¹⁴.

A própria Escola de Copenhague reconhece que há casos em que o discurso torna-se desnecessário, devido à recorrência ou persistência da ameaça (Léonard; Kaunert, 2019). Dessa forma, é perceptível que, para entender o processo de securitização, não pode haver ênfase apenas no discurso, visto que é necessário levar em consideração práticas não discursivas, como a criação e o funcionamento de burocracia, o desenvolvimento de políticas públicas, entre outros (Léonard; Kaunert, 2019). Para vários autores, é possível combinar os insights de ambas as abordagens para estudar tanto o discurso quanto as práticas de securitização, proporcionando uma compreensão mais completa do processo.

2.2.2 Uso do contexto como forma de análise

Uma das principais críticas à Teoria da Securitização refere-se ao tratamento conferido ao contexto. A Escola de Copenhague menciona a importância do contexto em seus escritos, mas não o desenvolve e quase o ignora completamente (Léonard; Kaunert, 2019). Segundo Balzacq, Léonard e Ruzicka (2016), em *Security: a New Framework for Analysis*, Buzan *et al.* assumem que o contexto pode aparecer de duas formas: como um sinônimo de setores ou como condições historicamente associadas à ameaça. Em ambos os casos, o contexto é visto apenas como uma condição facilitadora (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016), o que o faz ter um caráter secundário dentro da análise.

Nesse sentido, há uma ênfase excessiva sobre o discurso durante a análise do processo de securitização, priorizando-o em detrimento de outros fatores. Tal fato, segundo Balzacq (2005), dá à teoria uma abordagem internalista, visto que é o ato de fala, mais especificamente o termo “segurança”, que molda o contexto. Dessa forma, “[...] se o ato de fala for realizado sob regras prescritas, o contexto se altera de acordo; portanto, um lugar anteriormente seguro se tornará inseguro” (Balzacq, 2005, p. 180, tradução própria)¹⁵. O problema dessa abordagem está no fato dela superestimar a capacidade do discurso de alterar o contexto e negligenciar a

¹⁴ [...] security is constructed and applied to different issues and areas through a range of often routinized practices rather than only through specific speech acts that enable emergency measures.

¹⁵ [...] if the speech act is achieved under prescribed rules, the context alters accordingly; hence, a formerly secure place will become insecure.

grande possibilidade do mesmo de influenciar no movimento de securitização (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016).

Como observa Balzacq (2005, p. 182, tradução própria)¹⁶, “[...] o sucesso, ou seja, a possibilidade de obter o consentimento de um público (efeito perlocucionário), depende se a conjuntura histórica torna o público mais sensível à sua vulnerabilidade”, ou seja, o contexto tem um papel importante em relação à aceitação da securitização pelo público. Assim, as diferentes características contextuais podem gerar diferentes resultados no movimento de securitização, sendo capaz de explicar o sucesso ou o fracasso desses processos (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016; Léonard; Kaunert, 2019). Com isso, Balzacq, Léonard e Ruzicka (2016) sugerem a abordagem externalista, na qual a segurança é moldada pelo contexto. Essa abordagem tem um efeito decisivo na recepção do movimento de securitização e na percepção dos atores securitizadores como qualificados para realizar o ato de fala (Balzacq; Léonard; Ruzicka, 2016).

Em suma, “[...] os atos de fala precisam ser relacionados e analisados dentro do contexto de configurações sociais e campos textuais específicos, bem como sequências e continuidades históricas mais amplas [...]” (Stritzel, 2014, p. 46, tradução própria)¹⁷. Desse modo, a crítica demonstra que a securitização não pode ser compreendida apenas a partir do ato de fala, pois o contexto não se limita a uma condição facilitadora, sendo um elemento capaz de moldar o discurso e sua aceitação.

2.2.3 O fracasso da securitização

A Escola de Copenhague concentrou-se em analisar sobretudo os casos de securitização bem-sucedida, deixando em segundo plano a discussão sobre quando e por que esse processo pode falhar. Na formulação original, o fracasso da securitização é ocasionado pelas falhas na estrutura gramatical do ato de fala, pelas características inerentes do problema ou pela rejeição do público (Waeber, 2000 *apud* Salter, 2011). Nesse sentido, Salter (2011) ressalta que os movimentos de securitização rejeitados não equivalem à dessecuritização, mas a um fenômeno à parte que merece ser compreendido. Assim, ao analisar os fracassos, é possível compreender as limitações do processo que influenciaram em sua rejeição.

¹⁶ [...] success, that is, the possibility of marshalling the assent of an audience (perlocutionary effect), rests with whether the historical conjuncture renders the audience more sensitive to its vulnerability.

¹⁷ [...] speech acts need to be related to and analysed within the context of specific social settings and textual fields, as well as broader historical sequences and continuities.

Na visão de Salter (2011), um modelo puramente linguístico, ou seja, focado apenas na análise do discurso, não é a melhor forma de explicar o processo de securitização, pois é necessário levar em consideração os diferentes contextos, dinâmicas de poder, regras linguísticas e entre outros fatores. Dessa forma, o autor sugere um modelo limiar, visto que “[...] existem várias etapas na aceitação ou fracasso de um movimento de securitização” (Salter, 2011, p. 119, tradução própria)¹⁸. Nesse modelo, a aceitação da securitização ocorre de forma progressiva e depende de quatro condições: (i) a inclusão da questão no universo da política possível, o que pressupõe uma politização prévia; (ii) o reconhecimento da ameaça como existencial; (iii) a aceitação da solução proposta; e (iv) a concessão de novos poderes de emergência ao ator securitizador. A rejeição em qualquer uma dessas etapas pode resultar no fracasso do processo de securitização.

Segundo Salter (2011), a partir desse modelo é possível identificar três tipos de fracassos. O primeiro refere-se às falhas normais, que decorrem da complexidade dos sistemas sociais e políticos, nos quais contingências, incertezas e vulnerabilidades tornam o fracasso inevitável. O segundo diz respeito às falhas internas, que são as condições gramaticais do discurso, ou seja, um movimento pode fracassar se o público não reconhecer a questão como pertencente ao campo político ou não a perceber como uma ameaça existencial. Por último, o terceiro tipo trata-se das falhas externas, que ocorrem quando o público rejeita a solução proposta ou a concessão de novos poderes ao ator securitizador, mesmo reconhecendo a ameaça e sua gravidade.

Portanto, o estudo das falhas ajuda a ampliar a compreensão da Teoria da Securitização, mostrando que o processo depende de condições contextuais, políticas e sociais, pois estas influenciam em sua aceitação ou rejeição.

2.3 NOVAS ABORDAGENS DA TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

A compreensão dos processos de securitização, embora frequentemente associada à análise do discurso da Escola de Copenhague, beneficia-se significativamente da incorporação de métodos e abordagens que complementam e expandem o quadro inicial. Os estudos mais recentes procuram superar os limites gerados pela ênfase no ato de fala por meio de metodologias diversas, multiplicidade de atores e públicos, entre outros.

Nesse sentido, apesar de muitos autores concordarem que a análise do discurso, de fato, possui grande importância para a compreensão do processo de securitização, também é

¹⁸ [...] there are several steps in the acceptance or failure of a securitizing move.

preciso considerar práticas, normas e contextos. Dessa forma, Balzacq (2011, p. 44, tradução própria)¹⁹ introduz uma nova metodologia a ser usada como complemento à análise do discurso, a pesquisa etnográfica, a qual tem como objetivo “[...] explicar ‘verdades gerais’ examinando o concreto e o que parece, dependendo da escala, microscópico”. Ao empregar a pesquisa etnográfica, os estudiosos podem utilizar dois tipos de métodos, geralmente em conjunto: a observação participante e a entrevista semiestruturada. No primeiro método, de acordo com Balzacq (2011), o pesquisador tem que ser capaz de participar do processo, sendo recomendado para o estudo de manifestações diárias da securitização. Já no segundo, o pesquisador conduz uma entrevista com os “insiders”, com o objetivo de evidenciar os significados inacessíveis para o público e revelar novas perspectivas sobre as origens do problema a ser securitizado (Balzacq, 2011).

Ademais, Balzacq apresenta mais dois métodos alternativos para a análise da securitização: o rastreamento de processos e a análise de conteúdo. O rastreamento de processos sugere “[...] examinar os mecanismos sociais que trouxeram um fenômeno social à existência” (Balzacq, 2011, p. 47, tradução própria)²⁰, ou seja, ele busca entender sob quais condições a securitização ocorre. Assim, de acordo com Balzacq (2011), essa metodologia contribui para o melhor entendimento da securitização, pois nos revela os fatores que foram importantes para a securitização bem-sucedida. Já a análise de conteúdo, apesar de pouco aplicada, aparece como uma alternativa para mensurar padrões discursivos e de sensibilidades do público, se diferenciando da análise do discurso por considerar que o significado do texto é constante e estável ao longo do tempo (Balzacq, 2011).

Por sua vez, Léonard e Kaunert propõem a integração do modelo de “três correntes” de Kingdom à Teoria da Securitização. Essa integração permitiria resolver

[...](1) a falta de clareza e precisão no uso de conceitos, como “ator securitizador” e “público”, o que obstrui sua operacionalização, (2) a simplificação excessiva representada pela ideia de único público (em vez de vários públicos caracterizados por diferentes lógicas de persuasão) e (3) a falta de integração entre esses vários públicos, que parecem ser fragmentados e cujo impacto respectivo no processo geral de formulação de políticas permanece obscuro (Léonard; Kaunert, 2011, p.64, tradução própria)²¹.

¹⁹ [...] explain “general truths” by examining the concrete and what looks, depending upon scale, like the microscopic.

²⁰ [...] examine social mechanisms which brought a social phenomenon into being.

²¹ [...] (1) the lack of clarity and precision in the use of concepts, such as ‘securitizing actor’ and ‘audience’, which obstructs their operationalisation, (2) the over-simplifications represented by the idea of one single audience (rather than several audiences characterised by different logics of persuasion), and (3) the lack of integration between these various audiences, which seem to be fragmented and whose respective impact on the overall policy-making process remains unclear.

O modelo baseia-se na existência de três correntes: *problem, policy and politics streams*. Na *problem stream*, ou corrente do problema, o ator constrói um problema de política por meio de indicadores e eventos externos (Léonard; Kaunert, 2011). Assim, essa corrente tem como objetivo analisar como as condições tornam-se problemas de política. Na Teoria da Securitização, existe a ideia de que as questões são transformadas em problemas de segurança (problemas de política) por meio do ator securitizador, que utiliza de dados estatísticos, relatórios oficiais ou acontecimentos críticos para tal, a fim de convencer o público e ganhar legitimidade (Léonard; Kaunert, 2011).

A *policy stream* trata-se do processo de formação de políticas, as quais podem ser geradas mesmo na ausência de um problema de política. Para Léonard e Kaunert (2011), no caso da securitização, isso significa que, mesmo antes de um problema ser securitizado, políticas para lidar com essa ameaça já estão sendo pensadas. Por último, a *politic stream* inclui elementos como campanhas de grupos de pressão, resultados eleitorais, mudanças administrativas, entre outros, os quais podem influenciar na adoção de propostas políticas (Léonard; Kaunert, 2011). Segundo esses autores (2011), essa corrente tem como principais características a negociação e a construção de coalizões, visto que ela tem como objetivo o convencimento dos tomadores de decisão, que podem ser o público e/ou outros políticos.

Já Baysal (2020) introduz a ideia de uma abordagem dual da securitização, na qual são analisadas as vozes rivais no processo de securitização, ou seja, as vozes que rejeitam a ameaça. Para o autor, essas vozes rivais podem assumir duas formas diferentes: a oposição não violenta e a contra-securitização. A oposição não violenta apenas nega a construção da ameaça feita pelo ator securitizador. Já a contra-securitização aparece como um movimento de resistência ao movimento de securitização, rejeitando os argumentos do ator securitizador, ao mesmo tempo que apresenta esse ator como uma ameaça de segurança e tenta conseguir legitimidade para aplicar medidas extraordinárias contra ele (Baysal, 2020). Assim, a abordagem dual possibilita compreender não apenas o processo de securitização em si, mas também os impactos decorrentes da oposição não violenta e/ou o movimento de contra-securitização.

Por fim, Léonard e Kaunert (2019) apresentam duas dimensões adicionais para a análise além do discurso: a securitização por prática e a securitização por associação. A securitização por prática reconhece que “[...] os atos das estruturas ou redes burocráticas ligadas às práticas de segurança podem desempenhar um papel mais ativo em um processo de securitização do que atos de fala de segurança” (Léonard; Kaunert, 2019, p. 25, tradução

própria)²². Dessa forma, existem dois tipos de práticas que podem ser consideradas “práticas de securitização”. A primeira refere-se àquelas que geralmente são implementadas com o surgimento de uma ameaça de segurança. A segunda trata-se daquelas consideradas “extraordinárias”, ou seja, medidas tidas como “[...] ‘fora do comum’ para que o quadro analítico possa capturar o fato de que nem todas as práticas de securitização envolvem necessariamente emergência, excepcionalidade ou ilegalidade [...]” (Léonard; Kaunert, 2019, p. 29, tradução própria)²³. Já a securitização por associação ocorre quando uma questão está associada a uma outra questão previamente securitizada, fazendo com que ela passe a ser interpretada como uma ameaça (Léonard; Kaunert, 2019).

Em síntese, essas novas abordagens contribuem para superar os limites da Teoria da Securitização da Escola de Copenhague, oferecendo um quadro de análise mais amplo e abrangente para compreender como os problemas emergem e se dissolvem como questões de segurança.

Contudo, o presente trabalho adota majoritariamente a perspectiva tradicional da Teoria da Securitização, a qual foca no ato de fala. Ainda assim, também é levado em consideração o papel da mídia e o contexto na análise, visto que esses elementos influenciam diretamente no processo. Essa opção metodológica se justifica pelo fato de que grande parte dos autores utilizados na análise do segundo capítulo recorre à interpretação de trechos dos discursos para realizar suas argumentações.

Nesse sentido, a revisão teórica realizada neste capítulo permitiu compreender a teoria original e seus conceitos centrais, bem como suas principais críticas e reformulações da Teoria da Securitização. Essa base conceitual é fundamental para o entendimento do próximo capítulo, que tem como objetivo analisar o processo de securitização do terrorismo nos Estados Unidos após o 11 de setembro. Assim, a partir desse referencial, será possível identificar o ator securitizador e o objeto referente do processo, além de compreender como os discursos de George W. Bush exerceram papel central na formação da percepção pública acerca da ameaça que grupos terroristas representavam, principalmente a Al-Qaeda, reforçando a ideia da necessidade de uma resposta militar para impedir a ocorrência de novos atentados.

²² [...] the acts of the bureaucratic structures or networks linked to security practices may play a more active role in a securitization process than security speech acts.

²³ [...] ‘out of the ordinary’ in order for the analytical framework to be able to capture the fact that not all securitizing practices necessary involve emergency, exceptionalism or illegality [...]

3 A GUERRA AO TERROR E A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NO PÓS 11 DE SETEMBRO

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, orquestrados pela organização islâmica Al-Qaeda, liderada por Osama bin Laden, representaram um marco histórico e simbólico, especialmente para os Estados Unidos. Isto porque esse acontecimento tornou-se um “[...] ponto definidor de uma nova relação dos Estados Unidos com a ordem global, em grande medida dominada por esse mesmo país” (Barbosa, 2002, p. 72). O evento, que envolveu o sequestro de quatro aeronaves e provocou quase três mil mortes, pode ser considerado o maior ataque em solo norte-americano desde 1941, quando ocorreu o bombardeio de Pearl Harbor. O atentado, transmitido em tempo real pelas mídias globais, não apenas chocou o mundo, mas também reconfigurou a agenda internacional de segurança, que passou a ser estruturada em torno da chamada “Guerra ao Terror”. Além disso, o evento mostrou que, apesar de ser uma das maiores potências da época, principalmente no quesito segurança, os Estados Unidos ainda apresentavam fragilidades (Suarez, 2013 *apud* Brito, 2019).

Nesse sentido, no mesmo dia dos ataques, o governo do presidente George W. Bush deu início ao processo de securitização do terrorismo. Assim, este capítulo tem como objetivo compreender como se construiu esse processo pelo governo Bush, que culminou na Guerra do Afeganistão e na Guerra do Iraque, destacando, sobretudo, a ausência de uma definição universal de terrorismo e a forma como seus discursos foram elaborados para justificar tais ações.

3.1 O CONCEITO DE TERRORISMO

O terrorismo não é um fenômeno atual, tendo surgido no século XVIII, durante a Revolução Francesa. Segundo Oliveira L. (2014, p. 28), trata-se de um “[...] fenômeno geral de violência política que se manifestou e ainda se manifesta nos mais distintos contextos históricos e sociopolíticos”. Ao longo do tempo, esse termo teve os seus diversos significados alterados (Bernussi, 2020). Assim, de acordo com Rezende e Schwether (2015), durante a Revolução Francesa, o terrorismo possuía um caráter de intimidação governamental. No

entanto, em 1890, os anarquistas transformaram “[...] o terrorismo de um ato de Estado para atos partidados contra o Estado” (Rezende; Schwether, 2015, p.89-90)

Rapoport (2004 *apud* Rezende; Schwether, 2015) propoem analisar o terrorismo por meio de quatro grandes ondas. A primeira, denominada Onda Anarquista, inicia-se na década 1880 e, de acordo com Borges (2022, p.9), buscava “[...] gerar mudanças revolucionárias contra monarquias, regimes aristocráticos e entre outras formas de governo”. A segunda onda foi a Anticolonial, a qual ocorreu entre a década 1920 e o ano de 1960 e tinha, como responsáveis pelos ataques, “[...] grupos separatistas, motivados pelo princípio da autodeterminação dos povos [...]” (Rezende; Schwether, 2015, p.97). Já a terceira onda, a Nova Onda Esquerdista, datada da década de 1970, é caracterizada pelo desenvolvimento do antiocidentalismo esquerdista nos países em desenvolvimento (Rezende; Schwether, 2015). Por último, a Onda Religiosa iniciou-se na década de 1990 e seu caráter religioso influencia seus objetivos, seu princípio organizacional e suas justificativas (Rapoport, 2002 *apud* Oliveira, L. 2014). Essa onda é marcada pelo surgimento de grupos como a Al-Qaeda e coincide com o início do conceito de “novo terrorismo”.

Esse, por sua vez, está “[...] intrinsecamente relacionado às determinantes culturais e religiosas, e, dessa forma, foi amplamente incorporado aos discursos políticos e midiáticos para explicar tanto a Al-Qaeda quanto outros grupos considerados fundamentalistas [...]” (Nasser, 2014, p. 65). Além disso, ele se diferencia do “velho terrorismo” em diversos aspectos. Enquanto o “velho terrorismo” se caracteriza por ser mais seletivo na definição de seus alvos e mais preciso no uso da violência, o “novo terrorismo” realiza ataques indiscriminados, com o objetivo de causar o maior número de mortes possível (Gofas, 2012 *apud* Oliveira, G. 2019). Além disso, o “novo terrorismo” é visto como “[...] uma grande ameaça internacional, ao contrário do velho terrorismo, que estava limitado a espaços regionais” (Fretes, 2017, p.16). Assim, de acordo com Oliveira L. (2014), o “novo terrorismo” é considerado uma ameaça existencial.

Contudo, apesar de sua longa história, o terrorismo não possui uma definição universal, ou seja, o meio acadêmico e/ou as instituições políticas divergem entre si em relação a esse conceito. Assim, a falta de um consenso sobre esse conceito fez com que, com o passar dos anos, cada organização adotasse sua própria definição para o que eles consideram terrorismo (Borges, 2022). O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou, em 2004, a Resolução 1566, a qual condena todos os atos terroristas e os define como:

[...] atos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com a intenção de causar morte ou lesão corporal grave, ou tomada de reféns, com o objetivo de provocar

estado de terror no público em geral ou em um grupo de pessoas ou pessoas em particular, intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou abster-se de praticar qualquer ato que constitua infrações no âmbito e conforme definido nas convenções e protocolos internacionais relativos ao terrorismo, são sob nenhuma circunstância justificável por considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de outra natureza similar, e conclama todos os Estados a prevenir tais atos e, se não impedidos, assegurar que tais atos sejam punidos com penas compatíveis com sua gravidade [...] (Organização das Nações Unidas, 2004, p. 2, tradução própria)²⁴.

Ademais, até mesmo instituições do mesmo país divergem sobre essa definição, como é o caso de algumas instituições dos Estados Unidos. O Congresso dos Estados Unidos utiliza, desde 1988, a definição contida no *U.S. Code*, a qual afirma que:

[...] (1) o termo “terrorismo internacional” significa atividades que – (a) envolvam atos violentos ou perigosos para a vida humana que constituam uma violação do leis criminais dos Estados Unidos ou de qualquer Estado, ou que seria uma violação criminal se cometida dentro da jurisdição dos Estados Unidos ou de qualquer Estado; (b) parecem ser intencionais – (i) intimidar ou coagir uma população civil; (ii) influenciar a política de um governo por meio de intimidação ou coerção; ou (iii) afetar a conduta de um governo por meio de destruição em massa, assassinato ou sequestro; e (c) ocorrer principalmente fora da jurisdição territorial dos Estados Unidos, ou transcender as fronteiras nacionais em termos dos meios pelos quais são realizadas, a pessoas que parecem pretender intimidar ou coagir, ou o local em que seus perpetradores operam ou buscam asilo [...] (Library of Congress, 1988, p. 483, tradução própria)²⁵.

Já a definição utilizada pelo FBI o classifica como “atos violentos e criminosos cometidos por indivíduos e/ou grupos inspirados por, ou associados a, organizações terroristas estrangeiras

²⁴ [...] criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a government or an international organization to do or to abstain from doing any act, which constitute offences within the scope of and as defined in the international conventions and protocols relating to terrorism, are under no circumstances justifiable by considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or other similar nature, and calls upon all States to prevent such acts and, if not prevented, to ensure that such acts are punished by penalties consistent with their grave nature [...]

²⁵ [...] (1) the term "international terrorism" means activities that-(A) involve violent acts or acts dangerous to human life that are a violation of the criminal laws of the United States or of any State, or that would be a criminal violation if committed within the jurisdiction of the United States or of any State; (B) appear to be intended (i) to intimidate or coerce a civilian population;(ii) to influence the policy of a government by intimidation or coercion; or (iii) to affect the conduct of a government by assassination or kidnapping; and (C) occur primarily outside the territorial jurisdiction of the United States, or transcend national boundaries in terms of the means by which they are accomplished, the persons they appear intended to intimidate or coerce, or the locale in which their perpetrators operate or seek asylum [...]

designadas ou a nações (patrocinados pelo Estado)” (Estados Unidos, [201-?], tradução própria)²⁶. Por fim, o Departamento de Defesa (DOD) define o termo como:

o uso ilegal da violência ou da ameaça de violência, frequentemente motivado por crenças religiosas, políticas ou outras ideológicas, com o objetivo de inculcar medo e coagir indivíduos, governos ou sociedades na busca de metas terroristas (Estados Unidos, 2021, p. 215, tradução própria)²⁷.

Dessa forma, percebe-se que esse é um conceito amplo e que se modifica de acordo com interesses nacionais/institucionais, ideologia e cultura (Brito, 2019). Apesar de distintas, todas as definições de terrorismo apresentam três pontos em comum: (i) o uso ou a ameaça do uso da violência (ii) contra indivíduos, instituições e/ou governos, (iii) com motivações e fins políticos. Além disso, os atos terroristas têm como objetivo gerar o sentimento de pavor na população. Segundo Fretes (2017), o terrorismo pode ser considerado a arma dos fracos.

Contudo, a falta de uma definição única, segundo Acharya (2009), possibilita que indivíduos, grupos ou mesmo Estados criem sua própria definição de acordo com seus interesses do momento, buscando enquadrar seus próprios inimigos como terroristas. Segundo Oliveira G. (2019), alguns autores acreditam que essa indefinição do termo é fruto da tentativa de diversos Estados impedirem que a criação de uma definição universal para o termo coloque limitações para suas atuações.

Nessa perspectiva, essa falta de consenso contribuiu para que a administração Bush empregasse o conceito de “novo terrorismo” para a construção da sua narrativa de “Guerra ao Terror”. Dessa forma, essa definição genérica e coletiva utilizada pela administração de Bush após o 11 de setembro permitiu que as particularidades e os objetivos políticos de grupos classificados como terroristas fossem desconsiderados, além de ter gerado um sentimento de medo e ódio que legitimava a eliminação desses grupos (Borges, 2022). Tal fato possibilitou que os EUA agissem não somente contra a Al-Qaeda, mas contra quaisquer grupos ou países considerados suspeitos de praticarem e/ou financiarem atividades terroristas. Ademais, Saint-Pierre (2015) ressalta que o uso desse conceito vago de terrorismo pelos EUA após o 11 de setembro permitiu que houvesse uma divisão do mundo em o lado do “bem” e o lado do “mal”, o que proporcionou um ótimo cenário bélico para essa superpotência exibir seu arsenal militar para o mundo.

²⁶ Violent, criminal acts committed by individuals and/or groups who are inspired by, or associated with, designated foreign terrorist organizations or nations (state-sponsored).

²⁷ The unlawful use of violence or threat of violence, often motivated by religious, political, or other ideological beliefs, to instill fear and coerce individuals, governments or societies in pursuit of terrorist goals.

3.2 ANÁLISE DO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO

No dia 11 de setembro de 2001, quatro aeronaves, sequestradas por membros da Al-Qaeda, atingiram alguns dos principais símbolos do poder dos Estados Unidos (Fretes, 2017). Um dos aviões tinha como destino o Pentágono, mas apenas conseguiu atingir as laterais do edifício. Outra aeronave buscava colidir contra o Capitólio, sede do poder legislativo, ou contra a Casa Branca, sede do poder executivo, segundo investigações do FBI, contudo acabou caindo em uma área rural na Pensilvânia. Os outros dois aviões colidiram com as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova Iorque, momento pelo qual os ataques ficaram amplamente conhecidos.

O fato desses ataques terroristas terem atingido os principais símbolos político, econômico e militar da maior potência mundial da época acabou por impactar de forma profunda a sociedade americana (Barbosa, 2002), visto que o pós-Guerra Fria havia criado um sentimento de autoconfiança e invulnerabilidade. Assim, segundo Barbosa (2002), com a descoberta de sua vulnerabilidade, os cidadãos norte-americanos experienciaram um intenso choque e a sensação de que o país nunca mais seria o mesmo.

Nessa perspectiva, os ataques receberam uma resposta imediata dos Estados Unidos, por meio do discurso do presidente George W. Bush. Nele, o presidente ressaltou o caráter emergencial do combate ao terrorismo e afirmou que o estilo de vida e a liberdade dos estadunidenses foram ameaçados. Ou seja, Bush, o principal agente securitizador, traz como objeto referente de seu discurso a liberdade e o estilo de vida dos Estados Unidos, símbolos muito importantes para essa sociedade (Santos; Lopes; Dantas, 2021).

Hoje, nossos concidadãos, nosso modo de vida, nossa própria liberdade foram atacados em uma série de atos terroristas deliberados e mortais. As vítimas estavam em aviões, ou em seus escritórios; secretárias, empresários e empresárias, militares e funcionários federais; mães e pais, amigos e vizinhos. Milhares de vidas foram subitamente encerradas por atos de terror malignos e desprezíveis (Estados Unidos, 2001, p.57, tradução própria)²⁸.

Ademais, segundo Hoff (2017, p. 260), Bush enfatizou a vulnerabilidade dos indivíduos perante o terrorismo ao afirmar que pessoas comuns acabaram morrendo com os

²⁸ Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts. The victims were in airplanes, or in their offices; secretaries, businessmen and women, military and federal workers; moms and dads, friends and neighbors. Thousands of lives were suddenly ended by evil, despicable acts of terror.

ataques, ou seja, qualquer pessoa ou nação poderia sofrer com esse tipo de ataque. Ainda no discurso do dia 11, o presidente estadunidense afirmou que faria o possível para encontrar os responsáveis por gerar esse sofrimento à sociedade americana e, também, ressaltou que os Estados Unidos e os seus aliados lutariam juntos na guerra contra o terrorismo. Dessa forma, foi nesse momento que George W. Bush declarou os “terroristas” e seus aliados como os principais inimigos dos EUA e do mundo, iniciando a chamada “Guerra ao Terror” (Borges, 2022).

No dia 12 de setembro, a ONU aprovou a Resolução 1368, a qual “[...] tinha o poder de amparar politicamente o uso de meios extraordinários da força pelos EUA” (Borges, 2022, p. 18), o que legitimava as futuras ações do governo Bush em resposta aos ataques do dia anterior.

No discurso realizado no dia 14 de setembro de 2001, Bush reforçou a ideia do sofrimento pela perda das vítimas do atentado terrorista. Dessa forma, Bush traz, em sua fala, a importância dos EUA responderem ao ataque de forma militar, visto que o terrorismo era visto como o “mal” a ser erradicado. Isto é, Bush começou a tentar legitimar suas ações militares futuras, convencendo o seu público de que isso seria inevitável. Além disso, Bush retoma a ideia de que a liberdade da sociedade americana está sendo ameaçada e, por isso, eles deveriam tomar ações para defendê-la.

Tantas pessoas sofreram perdas tão grandes, e hoje expressamos a dor de nossa nação [...] Apenas três dias após esses acontecimentos, os americanos ainda não têm o distanciamento que o tempo proporciona. Mas nossa responsabilidade diante da história já está clara: responder a esses ataques e livrar o mundo do mal (Estados Unidos, 2001, p. 59, tradução própria)²⁹.

Ainda no dia 14, o Congresso estadunidense aprovou a *Authorization for Use of Military Force Against Terrorists* (AUMF), a qual, de acordo com Freire e Figueiredo (2014, p. 39), concedeu ao presidente Bush o uso de “[...] toda força militar necessária e apropriada contra aquelas nações, organizações ou indivíduos que, segundo seu julgamento, tivessem planejado [...] ou ajudado nos ataques terroristas de 11 de setembro ou [...] abrigado tais organizações ou pessoas”.

No dia 20 de setembro de 2001, Bush agradece aos Estados Unidos e aos países aliados pelas condolências às vítimas americanas dos ataques e pelos esforços para a luta contra o terrorismo. Ou seja, neste momento, Bush já havia conseguido certa legitimidade em

²⁹ So many have suffered so great a loss, and today we express our nation’s sorrow. [...] Just three days removed from these events, Americans do not yet have the distance of history. But our responsibility to history is already clear: to answer these attacks and rid the world of evil.

relação à sociedade americana e internacional para realizar ações contra o terrorismo. Além disso, Bush afirmou que eles haviam finalmente encontrado os responsáveis pelo atentado de 11 de setembro.

As evidências que reunimos apontam todas para um grupo de organizações terroristas fracamente afiliadas, conhecido como Al Qaeda. São os mesmos assassinos indiciados pelo atentado às embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, e responsáveis pelo atentado ao USS Cole (Estados Unidos, 2001, p. 66).³⁰

Em sua fala, Bush evidenciou a periculosidade do grupo terrorista, afirmando que eles já haviam realizado outros ataques contra os Estados Unidos. Assim, Bush exigiu que o Talibã, grupo que governava o Afeganistão naquele período, entregasse o líder do grupo Al Qaeda, Osama bin Laden, às autoridades americanas, enfatizando que essa demanda não estaria em discussão.

E esta noite, os Estados Unidos da América apresentam as seguintes exigências ao Talibã: entreguem às autoridades dos Estados Unidos todos os líderes da al-Qaeda que se escondem em seu território [...] Essas exigências não estão abertas a negociação ou discussão. O Talibã deve agir, e agir imediatamente. Entregará os terroristas, ou compartilhará do seu destino (Estados Unidos, 2001, p. 67-68, tradução própria).³¹

Ao afirmar que, caso o Talibã não entregasse Osama bin Laden aos Estados Unidos, eles teriam o mesmo destino que o grupo terrorista, Bush ressalta sua legitimidade para realizar ações militares em território afegão com o intuito de conseguir capturar e eliminar o líder da Al-Qaeda e, conseqüentemente, acabar com a ameaça terrorista no mundo. Ainda nesse discurso, Bush afirma:

Nossa guerra contra o terror começa com a al-Qaeda, mas não termina aí. Não terminará até que todo grupo terrorista de alcance global tenha sido encontrado, detido e derrotado. [...] Toda nação, em toda região, agora tem uma decisão a tomar. Ou vocês estão conosco, ou estão com os terroristas. A partir deste dia, qualquer nação que continue a abrigar ou apoiar o terrorismo será considerada pelos Estados Unidos um regime hostil (Estados Unidos, 2001, p. 68-69, tradução própria).³²

³⁰ The evidence we have gathered all points to a collection of loosely affiliated terrorist organizations known as al Qaeda. They are the same murderers indicted for bombing American embassies in Tanzania and Kenya, and responsible for bombing the USS Cole.

³¹ And tonight, the United States of America makes the following demands on the Taliban: Deliver to United States authorities all the leaders of al Qaeda who hide in your land [...] These demands are not open to negotiation or discussion. The Taliban must act, and act immediately. They will hand over the terrorists, or they will share in their fate.

³² Our war on terror begins with al Qaeda, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped and defeated. [...] Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.

Nesse sentido, ele reforça a divisão do mundo em dois lados: o “bem”, composto pelos Estados Unidos e os países considerados seus aliados, e o “mal”, formado por grupos terroristas e países vistos como seus apoiadores, principalmente povos e países muçulmanos (Saint-Pierre, 2015). Tal fato não restringe a Guerra ao Terror somente à organização envolvida no 11 de setembro, ou seja, os Estados Unidos ressaltam que agirão contra todos os países e organizações que considerarem uma ameaça terrorista.

Esse discurso de “bem vs mal” teve êxito, principalmente, devido aos Estados Unidos, segundo Krebs e Lobasz (2007), terem se colocado no papel de vítima, ignorando o fato dos ataques do 11 de setembro estarem relacionados com seus atos no Oriente Médio. Ao assumirem o papel, os Estados Unidos insinuam que eles foram atacados por serem o “país da liberdade” e criam a narrativa de que eles deveriam ser os responsáveis por defendê-la (Cheaito; Rodrigues, 2023) e acabar com os perigos do terrorismo. Além disso, essa divisão em “nós” e “eles” ajudou a criar uma imagem do inimigo como bárbaro/não civilizado/violento, desumanizando-o e gerando a percepção de que eles seriam uma ameaça aos valores e à segurança do ocidente (Borges, 2022). Em seus discursos, Bush sempre resalta a ideia da Guerra ao Terror como “[...] forma de levar a democracia e os valores liberais aos países que representassem alguma ameaça aos Estados Unidos e seus aliados” (Leite, 2009, p. 52). Tais pontos contribuíram para justificar o uso de toda e qualquer forma de violência para combatê-los.

A forma como o governo de George W. Bush lidou com os ataques, principalmente através de seus discursos, contribuiu para que a taxa de aprovação do presidente subisse de 51% em 7-10 de setembro de 2001 para 90% em 21-22 de setembro, a mais alta taxa de aprovação que W. Bush conseguiria atingir, de acordo com dados da Gallup ([201-?]). Tal fato demonstra que a maioria dos estadunidenses concordava com a ideia de que os Estados Unidos deveriam responder ao atentado, ou seja, o governo havia conquistado a legitimidade para agir contra a Al-Qaeda (Duque, 2008; Fretes, 2017). Essa legitimidade interna foi facilmente conquistada, pois naquele contexto, segundo Freire e Figueiredo (2014, p. 59-60), “o povo norte-americano [...] estava extremamente amedrontado e já, por consequente, esperava que alguma atitude fosse tomada pelo Presidente da República”.

Ademais, após os ataques, o governo estadunidense buscou implementar várias medidas internas que transformaram a sua estrutura de segurança. Entre as principais criações esteve o *Department of Homeland Security* (DHS), responsável por articular políticas de prevenção e combate ao terrorismo, integrando diversas agências antes dispersas, como imigração, controle de fronteiras, Guarda Costeira e inteligência (Mabee, 2007). Também foi

aprovado pelo Congresso, ainda em outubro de 2001, o Ato Patriota, o qual “[...] consiste em um conjunto de leis que pretendem prevenir futuros ataques terroristas [...]” (Motta, 2014, p. 54). Além disso, o *Department of Justice* (DOJ) dos EUA passou a reinterpretar o conceito de tortura, restringindo sua definição a casos de dor extrema, o que autorizava o uso de métodos coercitivos em interrogatórios de prisioneiros (Fretes, 2017). Essas medidas só foram possíveis devido à legitimação do processo de securitização do terrorismo.

3.2.1 O papel da mídia no processo de securitização do terrorismo

O 11 de setembro ficou marcado na memória do mundo todo devido à sua grande magnitude e ao fato dos Estados Unidos terem sido atacados em seu próprio território. Segundo Pellegrini (2015), o pânico foi iminente e se espalhou rapidamente, principalmente por causa da transmissão internacional ao vivo pelos canais de notícias. Além disso, a possibilidade de reassistir às imagens em websites e a reprodução das mesmas em diversos canais de televisão nos dias que seguiram o ataque, fizeram com que as pessoas as gravassem em suas memórias (Zehfuss, 2003). Said (2007 *apud* Cheaito; Rodrigues, 2023) ressalta que a mídia foi essencial para a estratégia do governo estadunidense de difundir a imagem dos muçulmanos como maus, os associando à violência.

Para Dolinec (2010), a mídia desempenhou um papel significativo no processo de securitização do terrorismo, tanto dentro do território norte-americano como internacionalmente, principalmente devido à transmissão de notícias relacionadas aos ataques e ao regime do Talibã várias semanas após o acontecimento. A mídia funcionou como um canal fundamental entre o Estado, o agente securitizador, e o seu público, sendo crucial para ampliar a audiência alcançada. Isso porque, segundo Archetti e Taylor (2003), quando o Estado enquadra algo como uma ameaça, ele induz a mídia a também fazê-lo e essa, por sua vez, influencia profundamente a percepção do público sobre esse algo. Ou seja, no momento em que o governo Bush começou a disseminar o terrorismo com uma ameaça a ser contida, a mídia passou a reproduzir esses discursos, o que fez o público aceitar a securitização do terrorismo.

3.2.2 A Guerra do Afeganistão

A invasão ao Afeganistão foi oficialmente iniciada no dia 7 de outubro de 2001, após a recusa do Talibã em entregar Osama Bin Laden para os EUA, por meio de um pronunciamento do presidente George W. Bush.

Por minha ordem, as forças militares dos Estados Unidos iniciaram ataques contra campos de treinamento terrorista da Al-Qaeda e instalações militares do regime do Talibã no Afeganistão. Essas ações cuidadosamente direcionadas destinam-se a interromper o uso do Afeganistão como base de operações terroristas e a atacar a capacidade militar do regime do Talibã (Estados Unidos, 2001, p.75, tradução própria)³³.

A chamada Operação Liberdade Duradoura tinha como objetivo derrubar o regime do Talibã. Segundo Bernussi (2021, p. 112), a estratégia militar adotada utilizou-se da “[...] combinação de intensos ataques aéreos, uso de Forças Especiais e o apoio de milícias locais”. Assim, as primeiras tropas norte-americanas só chegaram realmente ao território afegão no dia 20 de outubro e, no dia 13 de novembro, a capital do país, Cabul, já havia sido tomada pelo exército americano, em colaboração com tropas de países como o Reino Unido, o Canadá e a França. Além disso, em dezembro, foi estabelecida a ISAF (*International Security Assistance Force*), uma missão liderada pela OTAN e aprovada pela Resolução 1386 do Conselho de Segurança da ONU, a qual possibilitou que outros países passassem a enviar tropas para o Afeganistão, dando um caráter multinacional à guerra (Bernussi, 2021; Souza; Moraes, 2015).

A operação no Afeganistão teve seus objetivos atingidos de forma rápida e com baixos custos, financeiros e humanos, para os Estados Unidos (Duque, 2008), apesar de não terem conseguido capturar Bin Laden. Assim, em 29 de janeiro de 2002, Bush ressaltou em seu discurso o quão bem-sucedida a Guerra do Afeganistão havia sido.

Terroristas que antes ocupavam o Afeganistão agora ocupam celas em Guantánamo. E líderes terroristas que antes conclamavam seus seguidores a sacrificar a própria vida agora fogem para salvar as suas. Os Estados Unidos e o Afeganistão são agora aliados na luta contra o terror (Estados Unidos, 2002, p. 103, tradução própria)³⁴.

Nesse discurso, Bush ainda acrescenta que os Estados Unidos continuarão agindo para eliminar qualquer regime que esteja atrelado ao terrorismo, enfatizando que o terrorismo deve ser combatido em todos os países do mundo e classificando o Iraque, Irã e Coreia do Norte

³³ On my orders, the United States military has begun strikes against al Qaeda terrorist training camps and military installations of the Taliban regime in Afghanistan. These carefully targeted actions are designed to disrupt the use of Afghanistan as a terrorist base of operations, and to attack the military capability of the Taliban regime.

³⁴ The American flag flies again over our embassy in Kabul. Terrorists who once occupied Afghanistan now occupy cells at Guantanamo Bay. And terrorist leaders who urged followers to sacrifice their lives are running for their own. America and Afghanistan are now allies against terror.

como membros do “eixo do mal”, título dado pelos EUA aos países patrocinadores do terrorismo.

Minha esperança é que todas as nações atendam ao nosso chamado e eliminem os parasitas terroristas que ameaçam seus países e o nosso. Muitas nações estão agindo com firmeza. [...] Mas alguns governos serão tímidos diante do terror. E não se engane: se eles não agirem, a América agirá. Nosso segundo objetivo é evitar que regimes que patrocinam o terror ameacem a América ou nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa (Estados Unidos, 2002, p. 105, tradução própria)³⁵.

Com esse discurso, o governo de Bush deixou claro que a Guerra do Afeganistão não era a única etapa da Guerra ao Terror. A ocupação bem-sucedida do território afegão “[...] forneceu capital político à administração Bush não só para tomar o segundo passo, que seria a Guerra do Iraque, como também para adotar uma estratégia militar inovadora no país árabe [...]” (Duque, 2008, p. 104-105). Ou seja, a Guerra do Afeganistão conferiu legitimidade e serviu como um modelo para a próxima guerra.

3.2.3 Doutrina Bush e a Guerra do Iraque

Ainda em 2002, iniciou-se a campanha estadunidense contra o Iraque “[...] sob o pretexto que o país apoiava a Al-Qaeda e outros grupos terroristas, sendo um inimigo da paz e da segurança mundial” (Oliveira, I. 2019). No discurso de junho de 2002, em *West Point*, Bush apresentou ao público a necessidade da realização de ações preventivas, o principal princípio do que seria posteriormente conhecido como Doutrina Bush. Ou seja, os Estados Unidos queriam agir contra os terroristas antes que esses os atacassem novamente.

Não podemos defender a América e nossos aliados apenas esperando o melhor. [...] Ainda assim, a guerra contra o terror não será vencida na defensiva. Devemos levar a batalha ao inimigo, interromper seus planos e enfrentar as piores ameaças antes que surjam. No mundo em que entramos, o único caminho para a segurança é o caminho da ação. E esta nação agirá (Estados Unidos, 2002, p. 128, tradução nossa)³⁶.

³⁵ My hope is that all nations will heed our call, and eliminate the terrorist parasites who threaten their countries and our own. Many nations are acting forcefully. [...] But some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake about it: If they do not act, America will. Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction.

³⁶ We cannot defend America and our friends by hoping for the best. [...] Yet the war on terror will not be won on the defensive. We must take the battle to the enemy, disrupt his plans, and confront the worst threats before they emerge. In the world we have entered, the only path to safety is the path of action. And this nation will act.

Ademais, ao longo desse discurso, Bush enfatizou a inevitabilidade de novos ataques e a possibilidade de que os terroristas e os países aliados a eles tivessem posse de armas de destruição em massa (Hoff, 2017; Santos; Lopes; Dantas, 2021), o que justificaria a necessidade de ações preventivas.

Dessa forma, a Doutrina Bush foi formalizada em setembro de 2002 com a publicação do *National Security Strategy of the United States* (NSS). Essa doutrina era vista como controversa por muitos, pois tratava-se de uma articulação diplomático-militar que utilizava ações preventivas para justificar intervenções militares em países que representassem algum tipo de ameaça à segurança e/ou aos interesses dos EUA (Cheaito; Rodrigues, 2023). Para Duque (2008, p. 110), ela “[...] fundava-se na crença normativa hegemônica de que o objetivo norte-americano de incentivar a expansão da liberdade, da prosperidade e da paz correspondia aos desígnios de todos os países do mundo”.

Nessa perspectiva, observa-se que a construção da ideia do Iraque enquanto inimigo dos Estados Unidos intensificou após os atentados de 11 de setembro. Segundo Duque (2008), a administração Bush utilizou esse episódio como uma oportunidade para retomar a agenda de mudança de regime no país, pendente desde a Guerra do Golfo, no início da década de 1990. Isso porque, segundo Bertonha (1996), o país, sob o governo de Saddam Hussein, tornou-se uma ameaça geopolítica para os Estados Unidos, principalmente devido ao controle de expressivas reservas de petróleo e às possíveis perturbações na ordem mundial. Assim, após a Guerra do Afeganistão, os EUA passaram a enquadrar o Iraque como o próximo inimigo a ser combatido. De acordo com Motta (2014), o país foi considerado um alvo conveniente para dar continuidade à Guerra ao Terror, por três motivos principais. O primeiro dizia respeito ao fato de o Iraque estar enfraquecido pelas sanções impostas pela ONU; o segundo, por tratar-se de uma ditadura opressora que demonstrava hostilidade em relação aos Estados Unidos; e o terceiro, pelas acusações anteriores de posse e uso de armas de destruição em massa (Motta, 2014).

Desde o começo do movimento de securitização do terrorismo, antes mesmo da Guerra do Afeganistão, membros influentes do governo, como Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, defenderam que a retaliação aos ataques deveria incluir o Iraque (Duque, 2008). Assim, a administração Bush passou a tentar estabelecer uma ligação entre o Iraque e o terrorismo, pois com isso os EUA obteriam “[...] um poderoso argumento para que Washington adquirisse poderes adicionais para atacar o Iraque de forma preventiva, e sem autorização do CSNU” (Duque, 2008, p. 95).

E os paralelos utilizados pelo governo estadunidense foram a acusação do Iraque apoiar grupos terroristas e de ter posse de armas de destruição em massa pelo regime iraquiano. De acordo com Oliveira I. (2019) e Motta (2014), em seus discursos, Bush denunciava o apoio iraquiano a grupos terroristas e a produção e o uso de armas químicas e biológicas pelo regime de Saddam Hussein, construindo a imagem de um Estado hostil à civilização ocidental. Criava-se, assim, uma narrativa para justificar uma guerra preventiva com base em uma ameaça potencial e utilizando-se do argumento dos Estados Unidos estarem agindo em prol da defesa da segurança mundial.

O Iraque continua a ostentar sua hostilidade em relação à América e a apoiar o terror. O regime iraquiano planejou, por mais de uma década, desenvolver antraz, gás nervoso e armas nucleares. [...] É um regime que aceitou inspeções internacionais e, em seguida, expulsou os inspetores. É um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado. Estados como esse, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armando-se para ameaçar a paz mundial. Ao buscar armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Eles poderiam fornecer essas armas a terroristas, dando-lhes os meios para igualar o seu ódio. Poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer desses casos, o preço da indiferença seria catastrófico (Estados Unidos, 2002, p. 106, tradução própria)³⁷.

Segundo Kaufmann (2004 *apud* Leite, 2009), a suposta existência de armas de destruição em massa em território iraquiano foi uma estratégia para criar um cenário de urgência e medo que justificasse a guerra perante a opinião pública. Desse modo, o governo Bush conseguiu associar o Iraque e a figura de Saddam Hussein ao “mal absoluto” e ao mundo não civilizado dos terroristas, aproximando-os simbolicamente da Al-Qaeda e dos acontecimentos do 11 de setembro (Krebs; Lobasz, 2007).

Dessa forma, de acordo com Motta (2014), entre os anos de 2002 e 2003, o governo Bush atuou em duas frentes para conseguir autorização para agir no Iraque: internamente, mobilizando o Congresso e a opinião pública; e externamente, pressionando o Conselho de Segurança da ONU a adotar medidas mais rígidas contra o Iraque, principalmente, através da tática de constrangimento, feita de forma sutil. Em relação à opinião pública, em meados de janeiro de 2003, grande parte dos cidadãos estadunidenses era favorável à guerra, mesmo sem

³⁷ Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. [...] This is a regime that agreed to international inspections — then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world. States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.

a autorização da ONU (Duque, 2008). Isso ocorreu principalmente devido à criação, em agosto de 2002, do *White House Iraq Group*, “[...] uma força-tarefa com o objetivo de realizar uma campanha em prol de ataques preventivos ao país” (Duque, 2008, p. 126), utilizando-se do argumento da posse de armas de destruição em massa pelo regime iraquiano. O Congresso, por sua vez, havia aprovado, em outubro de 2002, a *Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution* (AUMF), na qual, segundo Duque (2008), abdicava dos poderes provenientes do *War Powers Act* de 1973 e autorizava o presidente a usar as forças armadas como julgasse adequado. Ou seja, ainda no início de 2003, a administração Bush já possuía legitimidade interna para realizar ações no Iraque, assim, o seu maior desafio seria conseguir a aprovação do CSNU.

No discurso do dia 12 de setembro de 2002, realizado na Assembleia Geral da ONU, Bush reforçou que “[...] a conduta do regime iraquiano, ao desafiar as resoluções do CSNU, era uma ameaça à autoridade da ONU e à paz” (Duque, 2008, p. 129). Além disso, ele afirmou que os EUA trabalhariam em conjunto com o Conselho e que, se o Iraque descumprisse novamente as resoluções, eles agiriam.

Minha nação trabalhará com o Conselho de Segurança da ONU para enfrentar nosso desafio comum. Se o regime do Iraque nos desafiar novamente, o mundo deve agir de forma deliberada e decisiva para responsabilizar o Iraque. Trabalharemos com o Conselho de Segurança da ONU para obter as resoluções necessárias. Mas os propósitos dos Estados Unidos não devem ser duvidados. As resoluções do Conselho de Segurança serão aplicadas — as justas exigências de paz e segurança serão atendidas — ou a ação será inevitável. E um regime que perdeu sua legitimidade também perderá seu poder (Estados Unidos, 2002, p. 146, tradução própria)³⁸.

No dia 8 de novembro de 2002, o CSNU adotou a Resolução 1441, a qual estabelecia novas inspeções para verificar o processo de desarmamento do Iraque, dando acesso total a UNMOVIC e a AIEA a quaisquer sítios e edifícios no país (Duque, 2008). Dessa forma, em 7 de dezembro, o Iraque enviou ao CSNU uma declaração afirmando que o país não possuía ou desenvolvia armas de destruição em massa (Follows, 2004 *apud* Duque, 2008) e, em fevereiro de 2003, a ONU declarou a ausência dessas armas sob posse iraquiana. Contudo, os EUA não aceitaram esse fato e, em fevereiro de 2003, em conjunto com o Reino Unido e a Espanha, os Estados Unidos apresentaram ao CSNU um projeto que estabelecia um novo prazo final, 17

³⁸ My nation will work with the U.N. Security Council to meet our common challenge. If Iraq’s regime defies us again, the world must move deliberately, decisively to hold Iraq to account. We will work with the U.N. Security Council for the necessary resolutions. But the purposes of the United States should not be doubted. The Security Council resolutions will be enforced — the just demands of peace and security will be met — or action will be unavoidable. And a regime that has lost its legitimacy will also lose its power.

de março, para que o Iraque se desarmasse totalmente, caso contrário, eles agiriam (Duque, 2008).

No entanto, em 10 de março, a França, membro permanente do CSNU, declarou que vetaria o projeto proposto pelos Estados Unidos, o que, segundo Duque (2008), inviabilizou a iniciativa estadunidense de securitização do Iraque e a autorização do CSNU para ações preventivas no país. Assim, apesar da negativa do Conselho quanto à realização de uma ação militar no Iraque, no dia 19 de março de 2003, os Estados Unidos invadiram o país. Eles utilizaram como justificativa jurídica a Resolução 678 da CSNU, a qual autorizava os Estados-membros a utilizarem quaisquer meios necessários para restaurar a paz e a segurança no Oriente Médio (Motta, 2014).

No discurso de declaração de guerra, no dia 19 de março, Bush prometeu à população iraquiana que eles ajudariam “[...] a construir um país unido, estável e livre [...]” (Estados Unidos, 2003, p. 175, tradução própria)³⁹. Apesar de terem conseguido derrubar o regime de Saddam Hussein em poucos dias, a Guerra do Iraque serviu apenas para desestabilizar o poder político e fragmentar a sociedade civil, além de não ter encontrado nenhuma prova de que o país possuía armas de destruição em massa, o que repercutiu negativamente para o governo estadunidense (Cheaito; Rodrigues, 2023; Oliveira, I. 2019).

Portanto, percebe-se que o movimento de securitização do terrorismo após o 11 de setembro se desenvolveu em duas etapas distintas. A primeira diz respeito à Guerra do Afeganistão, que obteve legitimidade tanto no âmbito interno, evidenciada pelo aumento da taxa de aprovação do presidente; quanto no externo, por meio da Resolução 1368 do Conselho de Segurança da ONU. Assim, essa primeira fase do processo de securitização foi consolidada por meio de uma estratégia discursiva e institucional que justificou o uso da força sob a lógica do medo, da autopreservação e da defesa dos valores ocidentais. A segunda etapa, por sua vez, refere-se à Guerra do Iraque, a qual foi legitimada internamente, devido a uma ampla campanha nacional que buscava justificar a necessidade da intervenção. No entanto, no cenário internacional, essa guerra não contou com o apoio do Conselho de Segurança da ONU, ainda que tenha recebido o respaldo de países como o Reino Unido e a Espanha durante o conflito.

Dessa forma, a análise desenvolvida neste capítulo evidencia como o processo de securitização do terrorismo realizado pelo governo George W. Bush dialoga diretamente com a formulação tradicional da Teoria da Securitização apresentada pela Escola de Copenhague. Isso porque esse processo foi estruturado, sobretudo, por atos de fala, por meio dos quais o

³⁹ [...] achieve a united, stable and free country [...]

presidente buscou construir a identidade do inimigo e legitimar ações militares em território estrangeiro. Durante o capítulo, destacam-se elementos como o papel do ator securitizador, os objetos referentes, as condições facilitadoras e a importância do discurso nesse caso em específico.

Nesse cenário, Bush desempenhou claramente o papel de ator securitizador, ao passo que a liberdade e o modo de vida americano foram construídos como objetos referentes, os quais tinham a existência ameaçada pelo terrorismo. Além disso, o contexto de choque e medo nacional, a intensa cobertura midiática e a credibilidade conferida ao presidente funcionaram, de acordo com a teoria original, como condições facilitadoras externas do movimento de securitização, tornando o público mais sensível à percepção da ameaça. Em relação à condição facilitadora interna, destaca-se a forma como os discursos de Bush utilizaram a gramática de segurança, sempre ressaltando grupos terroristas como “mal”, “bárbaros” e como uma ameaça existencial para os Estados Unidos e seus aliados. Esses pontos foram essenciais para que os discursos presidenciais fossem aceitos e legitimados pelos estadunidenses e por grande parte da comunidade internacional.

Por fim, esta análise demonstrou como a securitização do terrorismo nos Estados Unidos foi um processo no qual discursos não apenas construíram uma ameaça existencial, mas também legitimaram medidas extraordinárias, como a invasão do Afeganistão e do Iraque. Assim, o caso estadunidense confirma diversos pressupostos clássicos da Teoria da Securitização e evidencia a importância dos atos de fala nesse processo. Apesar disso, ele também mostra que as críticas feitas à teoria original são pertinentes. Autores como Balzacq *et al.* (2016) e McDonald (2008), respectivamente, argumentam que fatores contextuais e elementos visuais influenciam decisivamente a recepção do discurso pelo público. Com base no caso analisado, essas propostas críticas se mostram adequadas, uma vez que o contexto pós-11 de setembro e a forte circulação de imagens pela mídia foram determinantes para que o movimento de securitização do terrorismo se concretizasse. Isso reforça que, embora o discurso seja central, a eficácia da securitização depende igualmente de outros fatores.

4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho tinha como objetivo geral compreender como ocorreu o processo de securitização do terrorismo nos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001, utilizando como base argumentativa a Teoria da Securitização, formulada pela Escola de Copenhague, debates críticos sobre a mesma e estudos sobre discursos políticos e ações do governo de George W. Bush no contexto da chamada “Guerra ao Terror”. Logo, o presente trabalho buscou responder à seguinte pergunta: quais fatores contribuíram para a securitização do terrorismo no governo de George W. Bush nos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001?

A partir da perspectiva teórica adotada, argumentou-se que as ameaças são construídas discursivamente. Assim, para que uma questão atinja o nível de extrema politização, é necessário que um ator politicamente relevante formule discursos que apresentem determinado fenômeno como um risco existencial, demandando medidas extraordinárias. Como discutido ao longo do primeiro capítulo, “é ao rotular algo como uma questão de segurança que ela se torna uma” (Waever, 2004, p. 13 *apud* Taureck, 2006, p. 54)⁴⁰. Contudo, a efetividade desse processo não depende apenas do discurso em si, mas também da aceitação do público. Desse modo, de acordo com Léonard e Kaupert (2019), a securitização é uma prática intersubjetiva e socialmente construída, ou seja, ela é resultado da interação entre ator securitizador e o público.

Nesse sentido, o contexto pós-11 de setembro foi marcado por uma intensa comoção nacional e internacional, um sentimento coletivo de vulnerabilidade e ampla cobertura midiática. Esses fatores contribuíram para que a população norte-americana e a comunidade internacional aceitassem o uso de medidas extraordinárias pelo governo Bush em prol da segurança prometida nos discursos do presidente estadunidense. Foi nesse cenário que o governo de George W. Bush se consolidou como ator securitizador central desse movimento. Assim, seus discursos após os ataques enquadraram o terrorismo como uma ameaça que buscava destruir os principais valores norte-americanos, a liberdade e o seu estilo de vida.

Dessa forma, a construção discursiva feita pela administração Bush, a qual utilizava-se da dicotomia entre o “bem” civilizatório e o “mal” irracional, violento e incapaz de conviver pacificamente, foi fundamental para a legitimação da securitização do terrorismo tanto na política interna quanto externa. No plano interno, essa legitimação foi representada pelo

⁴⁰ It is by labelling something a security issue that it becomes one.

aumento do nível de popularidade de Bush e pela aprovação de medidas como o AUMF e o Ato Patriota, que ampliaram os poderes do presidente e permitiram ações preventivas. No plano externo, viabilizou-se a intervenção militar no Afeganistão e, posteriormente, no Iraque.

A justificativa para a Guerra do Afeganistão apoiou-se na recusa do regime Talibã em entregar Osama bin Laden, líder da Al-Qaeda, para os Estados Unidos, apresentando a invasão como uma ação necessária para impedir novos ataques. Em seu discurso do dia 20 de setembro de 2001, Bush havia afirmado que realizaria ações militares em território afegão caso o Talibã não atendesse ao seu pedido. Além disso, o presidente ressaltou, em diversos momentos, que qualquer país que abrigasse e apoiasse grupos terroristas também seria classificado como inimigo dos EUA. Tal fato ampliou a “Guerra ao Terror” para além de um inimigo específico, transformando-a em algo difuso, global e permanente.

Com a consolidação da invasão no Afeganistão, o movimento de securitização expandiu-se para o Iraque. Como visto no segundo capítulo, a Doutrina Bush defendia a legitimidade de ações preventivas contra ameaças potenciais, argumentando que esperar pelo próximo ataque seria permitir a própria destruição. Assim, em seu discurso em *West Point*, Bush reforçou que, para vencer essa guerra, eles não poderiam ficar na defensiva e que deveriam confrontar as ameaças antes que elas surgissem. Para justificar a Guerra do Iraque, utilizaram-se das afirmativas de que o país financiava grupos terroristas e possuía armas de destruição em massa, o que se provou falso.

Desse modo, o estudo aqui apresentado permite concluir que a securitização do terrorismo nos Estados Unidos foi um processo bem-sucedido, sustentado por discursos cuidadosamente elaborados que mobilizaram emoções, identidades e percepções de medo. Ao transformar o terrorismo em uma ameaça existencial, o governo estadunidense legitimou ações emergenciais e influenciou a política de segurança em escala global. Ademais, o presente trabalho buscou demonstrar que compreender a securitização do terrorismo é essencial não somente para analisar o comportamento dos Estados Unidos pós-11 de setembro, mas também para entender como discursos podem moldar percepções sociais e legitimar ações estatais. A forma como o inimigo é discursivamente construído revela que os processos de securitização são permeados por disputas de poder, interesses estratégicos e entre outros fatores. Tais fatos sustentam a hipótese levantada neste trabalho: ao enfatizar a alta periculosidade dos grupos terroristas e a vulnerabilidade da população, além de destacar a ameaça ao principal símbolo nacional, o modo de vida americano; o governo de George W. Bush e o Congresso foram capazes de viabilizar o processo de securitização do terrorismo nos Estados Unidos.

Logo, é possível responder à questão central deste trabalho: a securitização do terrorismo no governo W. Bush foi possibilitada por um conjunto de fatores interligados. Entre eles, destaca-se a construção dos discursos presidenciais que apresentavam o terrorismo como uma ameaça existencial, reforçando a necessidade de um contra-ataque para exterminar grupos terroristas, os quais eram desumanizados e associados ao mal puro. Ademais, o papel da mídia, ao difundir amplamente as falas de Bush e as imagens dos ataques, e o contexto social de medo, vulnerabilidade e desejo de vingança vivido pela população estadunidense contribuíram decisivamente para que a securitização fosse aceita e legitimada, tanto no âmbito doméstico quanto internacional.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Upendra D.. WAR ON TERROR OR TERROR WARS:: the problem in defining terrorism. **Denver Journal Of International Law And Policy**, [S.l.], v. 37, n. 4, p. 653-680, 2009. Disponível em: <https://digitalcommons.du.edu/djilp/vol37/iss4/7/>. Acesso em: 11 out. 2025.

ARCHETTI, Cristina; TAYLOR, Philip M.. Managing terrorism after 9/11: the war on terror, the media, and the imagined threat. **Royal Institution**, Londres, p. 1-44, jan. 3003. Disponível em: <https://sl1nk.com/Ohyo>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BALZACQ, Thierry. A theory of securitization: origins, core assumptions, and variants. In: BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve**. Abingdon: Routledge, 2011. Cap. 1. p. 1-30.

BALZACQ, Thierry. Enquiries into methods: a new framework for securitization analysis. In: BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve**. Abingdon: Routledge, 2011. Cap. 2. p. 31-53.

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: political agency, audience and context. **European Journal Of International Relations**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 171-201, jun. 2005. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1354066105052960>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BALZACQ, Thierry; LÉONARD, Sarah; RUZICKA, Jan. ‘Securitization’ revisited: theory and cases. **International Relations**, [S.l.], v. 30, n. 4, p. 494-531, 27 jul. 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0047117815596590>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 72-91, jun. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292002000100003>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BAYSAL, Başar. Güvenlikleştirmenin 20 Yılı: gücü, sınırları ve yeni bir İkili analiz çerçevesi. **Uluslararası İlişkiler Dergisi**, [S.l.], v. 17, n. 67, p. 3-20, 1 set. 2020. Uluslararası İlişkiler Dergisi. <http://dx.doi.org/10.33458/uidergisi.777338>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BERNUSSI, Mariana M. Construção política da guerra global ao terror. *Locus: Revista de História*, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 98-122, 10 set. 2021. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33716>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BERNUSSI, Mariana M. **O combate ao financiamento internacional do terrorismo: regulação**

financeira e institucionalidade global. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2020. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/192764>. Acesso em: 8 out. 2025

BERTONHA, João Fábio. Temas de política internacional para historiadores: a crise do golfo pérsico em 1991. **História & Ensino**, [S.l.], v. 2, p. 113, 2 ago. 1996. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.1996v2n0p113>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BORGES, Julia Marin. **Orientalismo e a Securitização da identidade “terrorista” pós-ataques do 11 de Setembro**: o poder do discurso na definição de um inimigo global. 2022. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Puc São Paulo, São Paulo, 2022.

BRITO, Rosana Andrade de. **A instrumentalização do conceito de terrorismo na política de segurança dos estados unidos**. 2019. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília (Uniceub), Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13311>. Acesso em: 8 out. 2025

BUTLER, Michael J.; WOLF, Zena. Introduction: revisiting securitization and the 'constructivist turn' in security studies. In: BUTLER, Michael J.. **Securitization Revisited**: contemporary applications and insights. Abingdon: Routledge, 2020. p. 3-27.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security Analysis: conceptual apparatus. In: BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998. Cap. 2. p. 21-47.

CHEAITO, Karime Ahmad Borrasci; RODRIGUES, Thiago. “Ameaça Islâmica” antes do 11 de Setembro: uma análise desde os estudos críticos de segurança. **Malala**, [S.l.], v. 11, n. 14, p. 28-54, 20 dez. 2023. Universidade de São Paulo. Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2446-5240.malala.2023.213415>. Acesso em: 12 nov. 2025.

DOLINEC, Vladimír. The role of mass media in the securitization process of international terrorism. **Politické Vedy**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 8-32, 2010. Disponível em: <https://politickevedy.fpvmv.umb.sk/data/page/politickevedy.fpvmv.umb.sk/22555/dolinec-vladimir.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

DUQUE, Marina Guedes. **A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na guerra do Iraque**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1565>. Acesso em: 29 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **DOD Dictionary of Military and Associated Terms**. [S.L.]: Department Of Defense, 2021. 360 p. Disponível em: <https://irp.fas.org/doddir/dod/dictionary.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Federal Bureau of Investigation. **What we investigate**: terrorism. Washington, [S.d.]. Disponível em: <https://www.fbi.gov/investigate/terrorism>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **ADDRESS TO THE NATION ON MILITARY OPERATIONS IN IRAQ**. Washington, D.C, 19 mar. 2003. 2 f. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **ADDRESS TO THE NATION ON OPERATIONS IN AFGHANISTAN**. Washington, D.C, 7 out. 2001. 3 f. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **ADDRESS TO THE NATION ON THE SEPTEMBER 11 ATTACKS**. Washington, D.C, 11 set. 2001. 2 f. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **ADDRESS TO THE JOINT SESSION OF THE 107TH CONGRESS**. Washington, D.C, 20 set. 2001. 9 f. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **ADDRESS TO THE UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY**. New York, 12 set. 2002. 9 f. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **NATIONAL DAY OF PRAYER AND REMEMBRANCE SERVICE**. Washington, D.C, 14 set. 2001. 3 f. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **STATE OF THE UNION ADDRESS TO THE 107TH CONGRESS**. Washington, D.C, 29 jan. 2002. 11 f. Disponível em:

https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **WEST POINT COMMENCEMENT**. West Point, New York, 1 jun. 2002. 11 f. Disponível em:

https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

FRETES, Christopher Haas. **As consequências do 11 de setembro e da Guerra ao Terror para as análises de Segurança Internacional**. 2017. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3029>. Acesso em: 8 out. 2025.

FREIRE, Ângelo Sousa Silva; FIGUEIREDO, Tágory. O Papel da Ameaça no Direito Internacional e a Securitização do Terrorismo nos Ataques de 11 de Setembro de 2001.

Hegemonia: Revista Eletrônica de Relações Internacionais, [S.l.], n. 14, p. 25-87, 1 jan. 2014. Centro Universitário UNIEURO. <http://dx.doi.org/10.47695/hegemonia.vi14.118>. Acesso em: 12 nov. 2025.

GALLUP. **Presidential Approval Ratings**: George W. Bush. Disponível em:

<https://news.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>. Acesso em: 29 out. 2025.

HOFF, Natali Laise Zamboni. George W. Bush e a Securitização do Terrorismo após os Atentados de 11 de Setembro de 2001. **Conjuntura Global**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 246-266, ago. 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Natali-Hoff/publication/319197830_George_W_Bush_e_a_Securitizacao_do_Terrorismo_apos_os_Atentados_de_11_de_Setembro_de_2001/links/5f358b5b458515b7291e4dc6/George-W-Bush-e-a-Securitizacao-do-Terrorismo-apos-os-Atentados-de-11-de-Setembro-de-2001.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail. Acesso em: 24 out. 2025.

KREBS, Ronald R.; LOBASZ, Jennifer K.. Fixing the Meaning of 9/11: hegemony, coercion, and the road to war in Iraq. **Security Studies**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 409-451, 24 ago. 2007.

Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09636410701547881>. Acesso em: 12 nov. 2025.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror**. Fronteira, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 27-59, jan. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/3861>. Acesso em: 31 out. 2025.

LÉONARD, Sarah; KAUNERT, Christian. A new securitization framework. In: LÉONARD, Sarah; KAUNERT, Christian. **Refugees, Security and the European Union**. Abingdon: Routledge, 2019. Cap. 1. p. 14-40.

LÉONARD, Sarah; KAUNERT, Christian. Reconceptualizing the audience in securitization theory. In: BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve**. Abingdon: Routledge, 2011. Cap. 3. p. 58-76.

LIBRARY OF CONGRESS. **United States Code: Terrorism**, 18 U.S.C. §§ 2331-2338 (Suppl. 2 1988), 1988. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/uscode1988-032018113a/>. Acesso em: 8 out. 2025.

MABEE, Bryan. Re-imagining the Borders of US Security after 9/11: securitisation, risk, and the creation of the department of homeland security. **Globalizations**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 385-397, set. 2007. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14747730701532567>.

MCDONALD, Matt. Securitization and the Construction of Security. **European Journal Of International Relations**, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 563-587, dez. 2008. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1354066108097553>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc/Sp), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/111154>. Acesso em: 31 out. 2025.

NASSER, Reginaldo Mattar. As falácias do conceito de “terrorismo religioso”. In: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século xxi**. Brasília: Ipea, 2014. Cap. 3. p. 65-87.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **A securitização do terrorismo internacional após 11 de setembro de 2001: o caso da África**. 2019. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/194458>. Acesso em: 11 out. 2025.

OLIVEIRA, Isaac Anderson de Carvalho. **A política de segurança dos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001: a construção da Guerra ao Terror**. 2019. 63 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3101>. Acesso em: 31 out. 2025.

OLIVEIRA, Luciana de Rezende Campos. **Os efeitos políticos da securitização internacional do terrorismo pós-11/09**: o caso da organização de cooperação de xangai. 2014. 49 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15606>. Acesso em: 8 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 1566 (2004)**. [S.l.]: 2004. 3 p. Disponível em: [https://docs.un.org/en/S/RES/1566\(2004\)](https://docs.un.org/en/S/RES/1566(2004)). Acesso em: 12 nov. 2025.

OTUKOYA, Titilayo Aishat. The securitization theory. **International Journal Of Science And Research Archive**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 1747-1755, 28 fev. 2024. GSC Online Press. <http://dx.doi.org/10.30574/ijrsra.2024.11.1.0225>. Acesso em: 12 nov. 2025.

PELLEGRINI, Ramon Trindade. **“O MUNDO SEMPRE LEMBRARÁ O 11 DE SETEMBRO”**: a construção de uma memória do terrorismo durante o governo de George W. Bush. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

REZENDE, Lucas Pereira; SCHWETHER, Natália Diniz. Terrorismo: a contínua busca por uma definição. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 87-105, 5 out. 2015. Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED. <http://dx.doi.org/10.26792/rbed.v2n1.2015.58349>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de estado. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 23, n. 53, p. 9-26, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235302>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SALTER, Mark B. When securitization fails: the hard case of counter-terrorism programs. In: BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory**: how security problems emerge and dissolve. Abingdon: Routledge, 2011. Cap. 6. p. 116-131.

SANTOS, Gabriel Pedroso dos; LOPES, Matheus Valdambri Rocha Paes; DANTAS, Polyana Luara de Souza. **O processo de construção e legitimação da intervenção norte-americana no Iraque (2003-2010)**. 2021. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/b10323dc-babe-4725-8b8a-fd7d53573d88/content>. Acesso em: 31 out. 2025.

SJÖSTEDT, Roxanna. Assessing securitization theory: theoretical discussions and empirical developments. In: BUTLER, Michael J.. **Securitization Revisited**: contemporary applications and insights. Abingdon: Routledge, 2020. p. 28-46.

SJÖSTEDT, Roxanna; KOVACS, Mimmi Söderberg; THEMNER, Anders. Demagogues of hate or shepherds of peace? Examining the threat construction processes of warlord democrats in Sierra Leone and Liberia. **Journal Of International Relations And Development**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 560-583, 4 jul. 2017. Springer Science and Business Media LLC.

<http://dx.doi.org/10.1057/s41268-017-0111-3>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SOUZA, André de Mello e; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Coalizões Globais Lideradas pelos Estados Unidos na Guerra ao Terror (2001-2011): para além do unilateralismo.

Contexto Internacional, [S.l.], v. 37, n. 2, p. 763-790, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292015000200014>. Acesso em: 12 nov. 2025.

STRITZEL, Holger. Securitization Theory and the Copenhagen School. In: STRITZEL, Holger. **Security in Translation: securitization theory and the localization of threat**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014. Cap. 1. p. 11-37.

TAURECK, Rita. Securitization theory and securitization studies. *Journal Of International Relations And Development*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 53-61, mar. 2006. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800072>. Acesso em: 12 nov. 2025.

WILKINSON, Claire. The Copenhagen School on Tour in Kyrgyzstan: is securitization theory useable outside europe?. **Security Dialogue**, [S.l.], v. 38, n. 1, p. 5-25, mar. 2007. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0967010607075964>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ZEHFUSS, Maja. Forget September 11. **Third World Quarterly**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 513-528, jun. 2003. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/0143659032000084447>. Acesso em: 12 nov. 2025.